

A proposta curricular de Santa Catarina (2014) e a escola unitária de Antonio Gramsci: aproximações e contradições

The curricular proposal of Santa Catarina (2014) and the unitary school of Antonio Gramsci: approaches and contradictions

Daniela Meurer
Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC
Lages/SC - Brasil
Filipi Vieira Amorim
Universidade Federal do Rio Grande - FURG
Rio Grande/RS - Brasil
Maria Selma Grosch
Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC
Lages/SC - Brasil

Resumo

O artigo apresenta os resultados de uma pesquisa de Mestrado em Educação, realizada num Programa de Pós Graduação de uma Universidade do sul do Estado de Santa Catarina. Trata-se de um estudo que teve como objetivo geral identificar aproximações e contradições entre a Proposta Curricular de Santa Catarina – PCSC, em sua última versão, publicada em 2014, e a *Escola Unitária* de Antonio Gramsci. Em termos metodológicos, foi desenvolvida a partir da análise comparativa das versões, atual e precedentes, da PCSC, e do estudo sistemático acerca da *Escola Unitária*, de Gramsci, e dos conceitos comuns entre ambas. Como resultado, destaca-se a presença de contradições entre teoria e prática na PCSC, bem como a supressão de fundamentos teóricos em nome da suposta isenção ideológica sob o inconsistente argumento de que política e educação são distintas.

Palavras-chave: Proposta Curricular de Santa Catarina. Escola Unitária de Gramsci. Educação e Formação Humana.

Abstract

The article presents the results of a Master's in Education research carried out in a Postgraduate Program at a University in the south of the State of Santa Catarina. This is a study that aimed to identify similarities and contradictions between the Curricular Proposal of Santa Catarina - PCSC, in its latest version, published in 2014, and the Unitary School of Antonio Gramsci. In methodological terms, it was developed from the comparative analysis of the current and previous versions of the PCSC, and from the systematic study about Gramsci's Unitary School and the common concepts between both. As a result, the presence of contradictions between theory and practice in the PCSC stands out, as well as the suppression of theoretical foundations in the name of the supposed ideological exemption under the inconsistent argument that politics and education are distinct.

Keywords: Curricular Proposal for Santa Catarina. Gramsci Unitary School. Education and Human Formation.

Introdução

Este artigo resultou de uma pesquisa de Mestrado desenvolvida num Programa de Pós-Graduação em Educação, numa Universidade do Sul do Brasil, concluída em dezembro de 2019. Portanto, trata-se de um recorte que tem como objetivo compartilhar os resultados do estudo, em formato de artigo, com a comunidade acadêmica.

Para as leitoras e leitores, algumas informações são necessárias. Primeiro, a de que a pesquisa objetivou identificar aproximações e contradições entre a Proposta Curricular de Santa Catarina – PCSC, em sua última versão, publicada em 2014, e a “Escola Unitária” de Antonio Gramsci. Para tanto, foram identificados os pressupostos teóricos e conceituais da Proposta Curricular de Santa Catarina (2014) e verificados indícios ou interfaces com os princípios da “Escola Unitária” de Gramsci. Segundo, cabe mencionarmos que a motivação para a pesquisa se deu a partir da constatação de que na primeira versão da Proposta Curricular de Santa Catarina, Antonio Gramsci figurou como uma das principais bases teóricas que serviram de fundamentação. Depois, nas versões seguintes (soma-se um total de cinco versões), Gramsci vai perdendo espaço, assim como grande parte do referencial vinculado à perspectiva marxista. A terceira informação aos leitores e leitoras é a de que alguns conceitos de tradição marxista permanecem na Proposta Curricular, mesmo que seus autores, como Gramsci, principalmente, tenham sido “deletados” da versão atual (de 2014).

Além do mais, frente ao histórico de modificações na elaboração das versões da Proposta Curricular de Santa Catarina, a problemática da pesquisa remete-nos à possível fragilidade com que ela chega às escolas e professores da Rede Estadual de Educação. Em um primeiro momento, a ausência de um debate profundo acerca da Proposta Curricular sugere uma incongruência entre teoria e prática, visto que a existência do documento legal não pressupõe repercussão imediata e mudanças no trabalho pedagógico. Logo, o problema se mostra mais amplo se considerarmos que na Proposta Curricular de Santa Catarina alguns pensadores são citados como referência para a sua elaboração em edições anteriores, entre os quais destacamos o italiano Antonio Gramsci, que no vasto conjunto de sua obra apresentou a chamada *Escola Unitária*. Foi com base nesse contexto de dubiedade entre proposição curricular e trabalho pedagógico, sobretudo no que diz respeito à concepção educativa, que elaboramos a questão da pesquisa desenvolvida na Dissertação: quais são as aproximações e contradições, teóricas e conceituais, entre a Proposta Curricular de Santa Catarina (2014) e a *Escola Unitária* de Gramsci?

A questão por nós levantada é relevante, visto que abrange uma problemática que pode ser comum à educação básica estadual. A discussão, portanto, poderá trazer mudanças significativas na forma como o estudante é compreendido pela escola e na perspectiva em que a comunidade escolar trabalhará com ele. Do nosso ponto de vista, a escola é um espaço que pode e deve contribuir significativamente para ampliar a visão de mundo dos estudantes e mostrar o quanto podem participar da construção de uma sociedade mais justa e humana, porém, quando não há uma concepção de educação coerente com isso, poderá, igualmente, ser um espaço de mera transmissão de conhecimento.

A metodologia utilizada na pesquisa teve como base a leitura das versões anteriores, dos anos de 1988 a 1991; de 1995; de 1999 e de 2005 e a análise da versão de 2014 da PCSC e o estudo acerca dos pressupostos da *Escola Unitária* de Gramsci, que visualiza a escola como espaço social institucionalizado para a *formação integral*, com vistas à *emancipação do sujeito*, conceitos que aparecem, igualmente, nas versões desta Proposta Curricular.

Elementos sobre as (re)construções da Proposta Curricular de Santa Catarina

A Proposta Curricular de Santa Catarina é um dos principais documentos da educação escolar catarinense. Sua construção teve início em 1985, com o processo de redemocratização do país, e Santa Catarina foi um dos primeiros estados brasileiros a elaborar uma proposta educacional própria, definindo matrizes curriculares para o planejamento dos currículos das redes estadual e municipal. De 1988 a 1991, a publicação da PCSC foi resultado de uma construção coletiva de educadores, visando um rumo comum para o currículo catarinense, com a intenção de identificar o que ensinar e a relação entre o ser humano e o conhecimento, trazendo unidade em termos da projeção da sociedade que se pretende a partir da intervenção do Estado nos processos formais de escolarização. Desde então, a PCSC foi se modificando, principalmente, conforme a necessidade dos contextos histórico-sociais-educacionais e para adequar-se às alterações do Ministério da Educação – MEC em relação às Diretrizes Curriculares para a Educação Básica.

Em 1995 foi iniciada a segunda versão da PCSC, tendo como principal objetivo criar espaço para discussões mais atuais sobre a teoria histórico-cultural. Assim, em 1998 houve a consolidação do marco teórico, que uniu *educação* e *política* por meio de estudos sobre o materialismo histórico dialético. Em sua segunda versão, a fundamentação teórica da

Proposta Curricular de Santa Catarina tomou como base o pensamento do filósofo italiano, Antonio Gramsci, e “outros autores pertencentes à mesma vertente teórica, dos quais alguns pensadores brasileiros do meio educacional se tornaram divulgadores e intérpretes” (PCSC, 1998, p. 12). Nessa versão também foram incorporadas temáticas transversais, constituída em três volumes: *Disciplinas Curriculares*, *Temas Multidisciplinares* e *Formação docente*.

O terceiro momento da PCSC, entre 1999 e 2003, foi marcado pela “elaboração dos cadernos: ‘Tempo de Aprender’” e dos “fascículos denominados ‘Proposta Curricular de Santa Catarina: síntese teórica e práticas pedagógicas’” (SED, 2019, s.p.). Esse material não modificou a Proposta Curricular, complementou-a e foi desenvolvido, principalmente, para as *classes de aceleração de aprendizagem* com o objetivo principal de minimizar a distorção idade/série dos estudantes, conforme proposto a nível nacional e realizado, também, pelo estado de Santa Catarina. Entre outros propósitos, os *cadernos* tinham o objetivo de aprofundar a *Teoria da Atividade*, de Leontiev, para que os professores pudessem trabalhar com os estudantes nas *classes de aceleração*. Embora estivessem destinados especialmente a esse público, serviu para “todos os professores catarinenses, uma vez que abordou aspectos teórico-metodológicos, ligados a exemplos práticos elaborados nos cursos de capacitação dos professores das classes de aceleração” (CADERNO TEMPO DE APRENDER, 1999, p. 7).

A etapa seguinte de reelaboração, reorganização e reconstrução da Proposta Curricular de Santa Catarina, aconteceu entre 2003 e 2005, momento em que seis grupos de trabalho produziram, a partir do enfoque teórico-epistemológico *histórico-cultural*, *cadernos* voltados à educação e infância, alfabetização com letramento, e também à “educação e trabalho, educação de trabalhadores, ensino noturno e educação de jovens, servindo como referencial teórico e metodológico para a ação pedagógica nas diferentes etapas e modalidades da Educação Básica” (SED, 2019, s.p.), utilizando uma concepção mais integral do estudante. Nesse momento, o trabalho também foi direcionado às novas tecnologias da informação e da comunicação, sob o argumento de que a aprendizagem deveria ser mais aberta e dinâmica, pois “a realidade contemporânea rompe o currículo departamentalizado, de domínio exclusivo de alguns professores e a privatização do saber” (PCSC, 2005, p. 6).

Depois, entre 2013 e 2014:

[...] em virtude de novas demandas educacionais e curriculares que surgiram a partir da homologação pelo Ministério da Educação, das novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação do Campo, Educação Ambiental, Educação e Direitos Humanos, Educação Indígena, Educação Afrodescendente e Quilombola, Educação e Prevenção, Educação Fiscal, Educação para o trânsito, Educação Nutricional e Alimentar, tornou-se necessária a Atualização da Proposta Curricular de Santa Catarina, com o intuito de agregar ao currículo as novas demandas oriundas das respectivas diretrizes (SED, 2019, s.p.).

Para que a Proposta trouxesse diferentes maneiras de ver, pensar e agir no campo educativo do estado de Santa Catarina, a PCSC incorporou a perspectiva da *educação integral*, visando envolver todos os aspectos humanos no trabalho pedagógico. Publicada no segundo semestre de 2014, a versão vigente da Proposta Curricular de Santa Catarina resultou de um movimento de estudo durante o primeiro semestre de 2014, “motivado pelas concepções de formação integral referenciadas numa concepção multidimensional de sujeito, percurso formativo e diversidade no reconhecimento das diferentes configurações identitárias e das novas modalidades da educação básica” (SED, 2019, s.p.).

As bases conceituais da Proposta Curricular de Santa Catarina (2014)

Nesta seção, abordamos as bases conceituais da PCSC (2014), especialmente, os conceitos de *educação e formação integral*. Identificamos o que a proposta preconiza como fundamentação teórica para constataremos qual forma de educação o documento propõe que seja desenvolvido nas instituições catarinenses e, ao mesmo tempo, o que se propõe enquanto compreensão de formação humana. A referida proposta trouxe, como elementos teóricos principais, a concepção *Histórico-Cultural*, de Vygotsky, e a *Teoria da Atividade*, de Leontiev e Davidov, defendendo que o ser humano aprende e se desenvolve na interação com o outro e necessita de diferentes estímulos e atividades para que seja possível a ampliação de seu interesse por aprender.

Conforme a PCSC (2014), é por meio dos processos de mediação que o ser humano vai se construindo, pois se concebe que não se desenvolve somente de forma biológica, precisa, também, se relacionar socialmente. Assim, pensar no percurso formativo de cada novo ser, requer consciência de que somos constituídos historicamente por meio de nossas relações. O meio social nos permite a apropriação cultural, intercedida pela linguagem e suas mais diversas formas, e também neste meio em os sujeitos se humanizam, ressignificando os “aspectos emocionais, cognitivos, psicológicos e sociológicos, dentre

outros, de modo a se tornarem elementos significativos de conduta, da percepção, da linguagem, do pensamento e da consciência” (PCSC, 2014, p. 34).

A PCSC (2014) nos coloca diante de uma ideia de *educação* disponível em espaços compreendidos como “lócus de socialização de saberes, de estudo organizado dos acontecimentos, de iniciação à pesquisa e de incentivo à leitura científica do mundo” (PCSC, 2014, p. 26). Sendo assim, deve-se relacionar os conteúdos curriculares com a realidade do sujeito, percebendo-o como ser social e histórico que constrói seu conhecimento a partir de sua realidade e de suas vivências.

É mister que a escola valorize, pois, os saberes que os sujeitos trazem dos diferentes espaços sociais em que estabelecem relações intersubjetivas, quer seja dos filmes a que assistem, das fotografias, da televisão, dos quadrinhos, da literatura e dos diferentes modos de produção característicos da internet. As interações por meio desses diferentes artefatos culturais podem servir como ponto de partida para a ampliação dos conhecimentos sistematizados e o desenvolvimento do ato criador e do pensamento teórico, função social da escola (PCSC, 2014, p. 49).

Quando a PCSC (2014) trata da *educação integral* como uma perspectiva *histórico-cultural*, fica claro a busca por um percurso formativo que tenha como meta uma participação ativa e cidadã, considerando a *emancipação humana*, a *liberdade* e a *autonomia*, visando promover o conhecimento e a cultura dos sujeitos nas relações sociais. Uma das bases conceituais da PCSC (2014), como já mencionamos, é Histórico-Cultural, que ressalta:

[...] o organismo, a personalidade e o intelecto humano formam um todo único, mas não um todo simples, quer dizer, não se trata de um todo homogêneo, mas sim complexo, constituído por uma série de funções ou elementos de estrutura complexa e complexas relações recíprocas (VYGOTSKY, 1995, p. 318)¹

Somos seres integrais em que os aspectos cognitivos estão unidos aos socioemocionais. Dessa forma, é essencial que a escola como espaço de educação formal busque alternativas para que o trabalho realizado esteja dentro dessa perspectiva, para que realmente se possa pensar em uma educação integral. Na PCSC (2014), o termo educação vem na perspectiva da educação integral, e o estudante deve desenvolver-se em todos os seus aspectos, pois é um ser integral.

De acordo com a PCSC (2014, p. 146), é essencial que as atividades desenvolvam a conscientização dos sujeitos, mas para isso “o objetivo é superar uma educação eminentemente verbalista e propedêutica, que constantemente oferece assuntos e objetos de estudo que não são reconhecíveis aos estudantes”. Portanto, na PCSC (2014, p. 53) o

conceito de educação está ligado ao que é universal, “coadunando com a perspectiva dos aprendizados de saberes válidos para toda e qualquer pessoa, na esteira da noção de patrimônio cultural que merece ser partilhado”, visto que é essencial a “articulação entre os saberes da escola com os saberes trazidos pelos sujeitos da escola” (PCSC, 2014, p. 67).

Mencionamos, igualmente, que identificamos na PCSC (2014) a *Teoria da Atividade*, proposta por Alexei Nikolaievich Leontiev, também estudada por Vasili Davidov, mas fica evidente que Davidov é amplamente citado no documento, enquanto Leontiev, raras vezes. A partir desta concepção, em se tratando da *formação integral*, deve-se considerar que os sujeitos precisam se envolver em diferentes atividades, pois o ser humano se desenvolve e se transforma a partir delas.

Pode-se perceber na Proposta Curricular de Santa Catarina a visão de *educação integral* como o desenvolvimento completo do ser humano, que é fruto e agente da cultura, que se constitui nas relações sociais, também de sua relação com a natureza, como propõe Vygotsky. Segundo a PCSC (2014), numa concepção de formação e como projeto educacional, a escola contribui com a histórica luta pela emancipação humana: “Quanto mais integral a formação dos sujeitos, maiores são as possibilidades de criação e transformação da sociedade” (PCSC, 2014, p. 25).

Para Tonet (2012, p. 37), é fundamental uma visão de *educação* em que se pense na sociedade que queremos, por isso, “toda atividade educativa, teórica e prática, que pretenda contribuir para formar pessoas que caminhem no sentido de uma autêntica comunidade humana, deve nortear-se pela perspectiva da emancipação humana”. Para Mészáros (2008, p. 83), o significado de *educação* remete a “fazer os indivíduos viverem positivamente à altura dos desafios das condições sociais historicamente em transformação – das quais são também os produtores mesmo sob as circunstâncias mais difíceis”.

A Proposta Curricular de Santa Catarina aborda uma formação *emancipatória*, com vistas à *autonomia* e *cidadania*, “que possibilite o desenvolvimento humano pleno e a apropriação crítica do conhecimento e da cultura” (PCSC, 2014, p. 26). Esse elemento nos leva a pensar se a *formação* implícita na Proposta considera uma *educação para além do capital*, visto que se a escola contribuir para desenvolver com os estudantes o pensamento crítico sobre a realidade existente, estes poderão mudar a sociedade instituída, e se a questão emancipatória pressuposta no documento está ligada à cidadania, no sentido de

desenvolvimento da consciência política. Nesse sentido, cabe ressaltar que, segundo Mészáros (2005, p. 102-103), “a única força capaz de contribuir positivamente para o novo processo de transformação é a própria educação, [...] pelo qual a reciprocidade mutuamente benéfica entre os indivíduos e sua sociedade se torna real”. Assim, caberia à escola perceber a necessidade de ampliar o espaço escolar, com vistas a contribuir com a melhoria da educação no sentido de superar possíveis intervenções dominantes com interesses predominantemente oriundos do capital econômico.

Costuma-se dizer que a educação deve formar para o homem integral, vale dizer, indivíduos capazes de lidar com lógica, de ter autonomia moral; indivíduos que se tornem cidadãos capazes de contribuir para as transformações sociais, culturais, científicas e tecnológicas que garantam a paz, o progresso, uma vida saudável e a preservação do nosso planeta. Portanto, pessoas criativas, participativas e críticas. Afirma-se que isto seria um processo permanente, um ideal a ser perseguido, de modo especial na escola, mas também fora dela (TONET, 2012, p. 80-81).

De acordo com Tonet (2012, p. 81), essa *formação integral* seria a ideal, no entanto, há uma longa distância entre o ideal e o real, pois a educação segue caminhos próprios, muitas vezes de forma tradicional e conservadora do *status quo*, mesmo assim, prevalece essa busca constante para “tentar harmonizar o ideal com a realidade objetiva”.

Segundo a PCSC (2014), buscar a formação integral é um desejo humano, sendo seu direito fundamental, e a escolarização constitui-se num lugar muito importante, pois “a educação formal, com a adjetivação ‘integral’, constituiu uma luta contemporânea que representa uma alternativa para o avanço da sociedade em relação aos limites atuais da escola” (PCSC, 2014, p. 25). Conforme a PCSC (2014), o sujeito se desenvolve e aprende por meio da interação com o outro, pois é um ser social. A escola precisa perceber a variedade de formas de ampliação do conhecimento sistematizado para que venha a fazer sentido aos estudantes, incentivando seu desenvolvimento intelectual e emocional.

Dessa maneira, considerando o conceito de formação integral contemplado no referido documento, é possível pensar na abertura para uma educação no sentido mais amplo da palavra, em que todos os aspectos humanos podem ser considerados, permitindo um trabalho que leve ao desenvolvimento da responsabilidade autônoma dos indivíduos. Segundo a PCSC (2014), como o sujeito se desenvolve e aprende por meio da interação com o outro, pois é um ser social, a escola precisa considerar a variedade de formas de ampliação do conhecimento sistematizado para que venha a fazer sentido aos estudantes, incentivando seu desenvolvimento intelectual e emocional, pois quanto mais nos

desenvolvemos e adquirimos conhecimento, mais podemos contribuir para mudar a realidade existente, visto que temos consciência do mundo em que estamos inseridos.

A Proposta Curricular de Santa Catarina à luz do pensamento de Antonio Gramsci

Articulamos aqui a *Escola Unitária*, de Gramsci, com a PCSC, versão atual, publicada em 2014, e a partir desta articulação teórica escrevemos sobre Gramsci e a educação escolar, o percurso formativo, a omnilateralidade, e a emancipação humana enquanto problema pedagógico: identificamos na proposição gramsciana uma educação mais humana e igualitária para que se possa modificar a realidade existente e superar as desigualdades sociais.

Gramsci e seus pressupostos transitam num movimento dialético entre seu contexto histórico e sua vida na Itália, onde passou por momentos difíceis e conturbados. Seus escritos estão intimamente ligados às suas leituras de Marx e Engels. Foi na prisão que Gramsci escreveu suas principais obras, entre elas, *Os intelectuais. O princípio educativo*, onde encontramos, no *Caderno 12*, os pressupostos da *Escola Unitária*, defendida por ele como um modelo de escola mais humana, mais ligada à vida. Gramsci (2001) nos apresenta, dentre seus apontamentos, os conceitos de *trabalho manual* e de *trabalho intelectual*. Para Gramsci (2001), existe uma distinção entre o trabalho manual e o intelectual, salientando que não há como existir uma sociedade em que todos tenham a função de intelectuais, como também não há trabalho essencialmente físico, sem o mínimo de intelectualidade envolvida. De acordo com Gramsci (2001, p. 18), a “escola é o instrumento para elaborar os intelectuais”, que assim, formaram, historicamente, “as categorias especializadas para o exercício da função intelectual”.

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc. (GRAMSCI, 2001, p. 15).

A ideia da *Escola Unitária* pressupõe democratizar e organizar a cultura, tendo a escola como ponto de partida, daí uma escola de cultura geral para todos, que “deveria assumir a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los elevado a um certo grau de maturidade e capacidade para criação intelectual e prática” (GRAMSCI, 2001, p. 36). Nesse ponto, há aproximação com a PCSC (2014), pois também enfatiza uma educação que

desenvolva nos estudantes o ato criador, intelectual e emocional, unindo, sempre que possível, teoria e prática, para que possam conduzir sua própria formação. Tanto Gramsci (2001) quanto a PCSC (2014) enfatizam o esforço discente, tendo no professor o papel de mediador.

[...] descobrir por si mesmo uma verdade, sem sugestões e ajudas exteriores, é criação, mesmo que a verdade seja velha, e demonstra a posse do método; indica que, de qualquer modo, entrou-se na fase da maturidade intelectual, na qual se podem descobrir verdades novas (GRAMSCI, 2001, p. 40).

Por outro lado, há distanciamento entre a PCSC (2014) e a Escola Unitária quando esta trata do papel do estado, em que para Gramsci (2001, p. 36) o Estado deveria “assumir as despesas que hoje estão a cargo da família no que toca à manutenção dos escolares, isto é, requer que seja completamente transformado o orçamento do ministério da educação nacional”, e a proposta (PCSC) não aborda sua participação efetiva para as mudanças propostas, dando a impressão que, de certa forma, isto fica a cargo das instituições escolares.

Para Gramsci (2001), pode-se perceber o desenvolvimento de um Estado (no sentido de nação, ou país) por meio da educação, das escolas, ou seja, quanto melhor a qualidade das escolas, tanto melhor e mais desenvolvido será seu país. Gramsci enfatiza que, da mesma forma, quanto mais se investe em laboratórios científicos, em produtos para o campo técnico-industrial, mais civilizado será o país. A educação tem uma importância fundamental para o desenvolvimento das pessoas, e assim, da sociedade:

A mais refinada especialização técnico-cultural, não pode deixar de corresponder a maior ampliação possível da difusão da instrução primária e o maior empenho no favorecimento do acesso aos graus intermediários do maior número. Naturalmente, esta necessidade de criar a mais ampla base possível para a seleção e elaboração das mais altas qualificações intelectuais – ou seja, de dar à altura e à técnica superior uma estrutura democrática – não deixa de ter inconvenientes: cria-se assim a possibilidade de amplas crises de desemprego nas camadas médias intelectuais, como ocorre efetivamente em todas as sociedades modernas (GRAMSCI, 2001, p. 19-20).

Segundo Gramsci (2001), ampliar a qualificação das pessoas é essencial, para que estudem nos mais altos níveis, porém, tal fato não impede que ocorram desempregos, visto que as sociedades necessitam tanto do trabalho manual como do intelectual, conforme citado anteriormente, dado que não há trabalho apenas manual, por menor que seja a qualificação técnica. Em relação ao trabalho manual e intelectual e à preocupação com o desemprego, a PCSC (2014) se distancia da Escola Unitária, pois aborda a formação integral

do estudante e seus aspectos intelectuais e emocionais, os quais serão fundamentais para a inserção dos jovens na sociedade, sem abranger especificamente o trabalho. Não se afirma aqui que é algo negativo, apenas que não foram abordados tais temas especificamente.

A PCSC (2014) compreende o percurso formativo como um *continuum* que se dá ao longo da vida escolar, tanto quanto ao longo de toda a vida. Significa considerar a singularidade dos tempos e dos modos de aprender dos diferentes sujeitos. A vida escolar não se dá de forma separada da própria vida, daí a importância de uma *educação omnilateral* em que as “atividades são complementares entre si e necessárias ao desenvolvimento omnilateral do ser humano, sua formação integral” (PCSC, 2014, p. 38). A partir do conceito de omnilateralidade, que é uma categoria marxista, pressupõe-se ser indispensável a instrução intelectual com a instrução técnica. Para Marx (2004), associar a instrução e o trabalho produtivo é um meio de unir teoria e prática, tendo assim a possibilidade do progressivo domínio consciente do ser humano sobre sua atividade, combinando a instrução com o trabalho produtivo.

Baseado nos pressupostos marxistas, a *omnilateralidade* pode ser definida como o “desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos, das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade da sua satisfação” (MANACORDA, 2010, p. 94). Qualquer outra forma de educação levará a uma prática em que apenas os aspectos cognitivos são considerados, fortalecendo uma educação fragmentada e em acordo com a lógica do capital.

O homem se apropria da sua essência omnilateral de uma maneira omnilateral. Cada uma das suas relações humanas com o mundo, ver, ouvir, cheirar, degustar, sentir, pensar, intuir, perceber, querer, ser ativo, amar, enfim todos os órgãos da sua individualidade, assim como os órgãos que são imediatamente em sua forma como órgãos comunitários, são no seu comportamento *objetivo* ou no seu comportamento *para com o objeto* a apropriação do mesmo, a apropriação da *efetividade humana* (MARX, 2010, p. 108).

A PCSC (2014) não traz Marx em suas referências bibliográficas, assim, também não evidencia uma concepção marxista de educação, no entanto utiliza a omnilateralidade para defender o percurso formativo que venha a propiciar o desenvolvimento total do estudante, em que deve-se utilizar as mais variadas atividades para esse objetivo, visto que as “atividades são complementares entre si e necessárias ao desenvolvimento omnilateral do ser humano, sua formação integral” (PCSC, 2014, p. 38).

Percebe-se que a palavra *omnilateralidade* utilizada na Proposta vem principalmente

no sentido de *integralidade*, e não pudemos identificar ligação entre educação e o princípio formativo do trabalho, em que se pense a educação como um dos caminhos para a emancipação humana. Enquanto Gramsci propõe relação permanente entre as atividades intelectual e manual, unindo teoria e prática, o que se distancia da Proposta.

Gramsci defende que mudanças na sociedade somente poderiam acontecer por meio da melhoria das classes operárias/subalternas, que passaria pela escola, desenvolvendo nos estudantes a consciência histórica, podendo assim elevar o nível cultural das massas. De acordo com Jaeger (2001), a história da educação está ligada à consciência dos valores que regem a vida humana, eles são essenciais, os quais dependem de como vivem as pessoas e como se organiza cada sociedade, assim como os princípios morais, éticos e estéticos, não podem ser destruídos, pois podem produzir instabilidade na sociedade: “da dissolução e destruição das normas advém a debilidade, a falta de segurança e até a impossibilidade absoluta de qualquer ação educativa” (JAEGER, 2001, p. 4). Por essa razão, a História da Educação nos mostra que a educação não é individual, mas sim um instrumento da sociedade: “Toda educação é assim o resultado da consciência viva de uma norma que rege uma comunidade humana, quer se trate da família, de uma classe ou de uma profissão, quer se trate de um agregado mais vasto, como um grupo étnico ou um Estado” (JAEGER, 2001, p. 4).

Mészáros, estudioso das obras de Marx, entende que a transformação da sociedade é possível por meio da luta de classes, sendo fundamental uma mudança radical no sistema educacional:

[...] Limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação qualitativa [...]. É por isso que é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente (MÉSZÁROS, 2008, p. 27).

Considerando o que nos diz Mészáros (2008), o ato de educar não pode ser visto como transferência de conhecimentos, precisa haver conscientização e testemunho de vida, libertando o ser humano da prisão neoliberal, pensando em uma sociedade para além do capital. É fundamental que as pessoas sejam capazes de interpretar fenômenos, pois vivemos em uma época de muita informação disponível, precisamos acompanhá-las, estudá-las e compreendê-las.

Assim, Mészáros (2008, p. 47) deixa claro que para poder acontecer alguma

transformação há necessidade de “uma firme determinação e dedicação dos indivíduos para alcançar, de maneira bem-sucedida, a auto emancipação da humanidade, apesar de todas as adversidades”. De acordo com a PCSC (2014), a educação deve contribuir para alcançar a emancipação. Para Tonet (2012, p. 70), “uma proposta emancipadora só poderá ser explicitada em seus elementos gerais, mas nunca levada à prática como conjunto sistematizado”. Assim, seria ilusório pensar que para transformar a *educação conservadora* em uma *educação emancipatória* bastaria organizar e modificar os sistemas atuais de educação.

A PCSC (2014) vem com a perspectiva de atividades que levem à emancipação humana, no entanto, também vincula o trabalho à lógica do capital. Nesse sentido, percebe-se uma certa dicotomia no documento. De acordo com a PCSC (2014, p. 75), “o diálogo principal necessariamente será com uma determinada tradição pedagógica crítica, vinculada a objetivos políticos de emancipação e de luta por justiça e igualdade social”, e a escola deve estimular atitudes que promovam a problematização e a emancipação. Para Gramsci (2001, p. 19), “a escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis”, porém a escola de classes não contribui para mudanças no contexto social.

Resultados da pesquisa

Inicialmente, identificamos as bases conceituais da Proposta Curricular, nosso primeiro objetivo de pesquisa, em que o propósito da Proposta Curricular catarinense apresenta a base filosófica da educação pautada na teoria Histórico-cultural de Vygotsky, a qual defende a ideia de que o ser humano se desenvolve e aprende na interação com o outro: noção que nos remete ao conceito de que somos seres que necessitamos da convivência para aprender e nos tornarmos humanos, bem como as bases da Teoria da Atividade de Leontiev e Davidov.

Ao analisarmos a PCSC (2014) à luz do pensamento de Antonio Gramsci e a Escola Unitária, verificamos que a PCSC (2014), concebe o ser humano como um sujeito que produz, faz cultura, busca autonomia, aprende diariamente e não somente na escola, considerando que há informações por todos os lugares, essas razões fazem com que a escola necessite realizar um trabalho mais ligado à vida, pois a educação escolar não deve acontecer como se fosse isolada, como se não fizesse parte da comunidade, visto que é a própria vida, o que também é defendido por Gramsci (2001), na proposta da Escola Unitária.

Em relação ao percurso formativo e a omnilateralidade, Gramsci e a PCSC (2014) apresentam mais aproximações relacionadas ao percurso formativo, em que para ambos, deve considerar a vivência e experiências dos estudantes, valorizando seus saberes. No entanto, a omnilateralidade, não é um conceito de Gramsci, mas de Marx, e aparece na Proposta mais como uma *educação para a integralidade*, não ligando educação e instrução, para Gramsci, educação pode ser também instrução.

Quando a PCSC (2014) traz a *educação emancipatória*, identificamos um sentido mais ligado à *cidadania* do que realmente um processo que pudesse contribuir para a *emancipação humana*, pois “o diálogo principal necessariamente será com uma determinada tradição pedagógica crítica, vinculada a objetivos políticos de emancipação e de luta por justiça e igualdade social” (PCSC, 2014, p. 76).

Considerando o que foi apresentado por Mészáros (2008) e Tonet (2012), uma educação com vistas à emancipação humana é algo bastante desafiador, visto que a própria formação de professores em muitos momentos está ligada à lógica do capital. Nesse ponto também identificamos contradição com Gramsci, visto que defende a emancipação humana, como uma maneira de mudar a sociedade, pensando numa sociedade mais justa e igualitária.

Ao buscar informações sobre Gramsci não ser utilizado na atualização da Proposta Curricular de Santa Catarina (2014), ficou esclarecido em uma das diretrizes para sua elaboração, que deveria, “considerando a pluralidade política, cultural e social resultante de um dos períodos democráticos mais duradouros da história do Brasil – evitar qualquer viés ideológico ou político partidário, para que a educação não fosse atrelada à política” (SED, 2014, p. 4). Entretanto, vivemos num mundo em que tudo acontece ao redor da política, e a Escola Unitária poderia contribuir com o referido documento, visto que também traz a formação mais humana que pode oferecer igualdade de condições para todos. Além do mais, a PCSC (2014) coloca uma série de desafios à Educação Integral que não podem ser trabalhados se houver ausência da discussão política, tais como as questões relativas à etnia, nacionalidade, gênero, desigualdade social, oportunidades de trabalho, educação indígena, educação quilombola e religiosidade. Desse modo, mesmo que não seja explícito o contexto político dos debates provocados pela PCSC (2014), a dimensão política é indissociável para que os objetivos e metas da proposta sejam alcançados.

Considerações finais

Este estudo teve a intenção de analisar a Proposta Curricular de Santa Catarina (2014) e identificar aproximações e contradições entre a PCSC (2014) e a Escola Unitária de Antônio Gramsci, a respeito de seus conceitos de formação, educação, suas bases teórico-metodológicas, a omnilateralidade e a emancipação humana, bem como apresentar proposições pedagógicas à formação integral.

A defesa da PCSC (2014) acontece quando coloca a formação integral, como objetivo da educação, em que a escola seja um espaço acolhedor, receptivo, que considere os estudantes como seres históricos, repletos de histórias, vivências e experiências, ampliando e estimulando seu conhecimento, incentivando o pensamento crítico e a cidadania. Porém pensamos que seria necessário um trabalho mais próximo às escolas para que realmente chegue em todas as instituições, em todos os profissionais da educação e que seja colocada em prática para modificar o sistema educacional, hoje constituído, na grande maioria das escolas. Caso contrário, corremos o risco de ter mais um documento repleto de teoria que visa um trabalho integral, que pode ficar apenas nas prateleiras de bibliotecas, salas de direção, salas de coordenação e salas dos professores sem promover mudanças efetivas na educação.

Também salientamos que a defesa da PCSC (2014) ocorre quando esta percebe o estudante em sua totalidade, sendo a escola acolhedora e não punitiva, como ainda acontece em muitas instituições de ensino, em que o professor, por diferentes motivos, age de maneira mais punitiva do que acolhedora, contribuindo para desestimular o interesse em aprender dos estudantes, fazendo com que a escola acabe por excluir estudantes, das mais diferentes idades. Certamente, muitas escolas já trabalham de maneira a fazer com que os estudantes sintam-se pertencentes a ela, vendo-os em sua integralidade, ampliando seu conhecimento e incentivando-os a aprender, a desenvolver sua autonomia, seu protagonismo, e buscar a emancipação e a liberdade como cidadão.

Temos consciência de que mudanças na sociedade não ocorrem exclusivamente pela educação, mas ela é um dos principais fatores para que as mudanças, que queremos, possam ocorrer, para que tenhamos mais igualdade e justiça, para que todo trabalho seja valorizado, independentemente de ser manual ou intelectual. Que todos tenham acesso à educação de qualidade para que possam ter a chance de mudar a realidade em que vivem, a fim de que não tenhamos tantas pessoas vivendo à margem da sociedade, como se fossem

invisíveis, pois ninguém nasce predestinando a um determinado comportamento, a sociedade excludente e desigual é quem mais contribui para tanta injustiça e violência.

Referências

- DAVIDOV, Vasili. **La enseñanza escolar y el desarrollo psíquico**: investigación teórica y experimental. Moscou: Progreso, 1998.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Vol 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2001.
- JAEGER, Werner. **Paideia**: a formação do homem grego. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas: Alínea, 2010
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre Educação e Ensino**. São Paulo: Centauro, 2004.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Caderno Tempo de Aprender**: nível 3. Florianópolis: Abril de 1999.
- SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: Uma contribuição para a escola pública do pré-escolar, 1º grau, 2º grau e educação de adultos. 1991.
- SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: Educação Infantil e Ensino Fundamental e Médio. (Disciplinas Curriculares) 1998.
- SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: Estudos Temáticos. 2005.
- SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: formação integral na educação básica. 2014.
- SED (Org.). **Histórico Proposta Curricular de Santa Catarina**. Sec. Disponível em <<http://www.sed.sc.gov.br/servicos/professores-e-gestores/16977-nova-proposta-curricular-de-sc-2014>>. Acesso em: 31/03/2019.
- TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. São Paulo: Instituto Luckács, 2012.
- VYGOTSKY, Lev S. **Problemas del desarrollo de la psique**. Tomo III. Madri: Visor, 1995.

Nota

¹ Original: “el organismo, la personalidad y el intelecto humano forman um todo único, pero no um todo simple, es decidi, no se trata de um todo homogêneo, sino complejo, constituído por uma serie de funciones o elementos de estrutura completa y complejas relaciones recíprocas”.

Sobre os Autores

Daniela Meurer

Mestra. Escola de Ensino Médio Valmir Omarkes Nunes.

Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-9894-3407> E-mail: danimeurerprof@gmail.com

Filipi Vieira Amorim

Doutor. Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-3837-3171> E-mail: filipi_amorim@uniplaclages.edu.br

Maria Selma Grosch

Doutora. Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC

Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-5874-2072> E-mail: selmagrosch@gmail.com

Recebido em: 20/02/2020

Aceito para publicação em: 23/03/2020